



VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

**INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO DE MINISTROS**

FIDELIS MANUEL LEITE MAGALHÃES

por ocasião de uma aula aberta intitulada
“A Geopolítica de Timor-Leste e o Indo-Pacífico”

ISCSP, Lisboa, Portugal, 30 de março de 2022

Timor-Leste e as Grandes Potências

ABERTURA

É para mim um imenso prazer voltar ao ISCSP, a minha querida antiga universidade, para participar nesta aula aberta. Antes de começar, porém, permitam-me que deixe uma nota especial de apreço ao Professor Canas-Mendes, que gentilmente me convidou e organizou este evento.

Gostaria também de estender a minha gratidão aos membros do corpo docente e a todos vós que estão aqui presentes hoje.

Tenho notado que o Instituto tem vindo a prosperar. Vale também a pena notar a colaboração cada vez maior entre Timor-Leste e o Instituto. Além do seu contínuo envolvimento com o IDN (Instituto de Defesa Nacional), registo com orgulho o estabelecimento do Centro para o G7+ aqui no Instituto. Este tipo de cooperação irá internacionalizar ainda mais o Instituto e expor os estudantes às questões complexas e prementes que muitos países frágeis e em situação de pós-conflito enfrentam.

Uma vez que o INAP (Instituto Nacional da Administração Pública) está sob a minha supervisão, espero explorar possibilidades de colaboração futura com o ISCSP. É meu desejo ter uma função pública competente em Timor-Leste. Como todos sabemos, um dos maiores desafios que muitos países pós-conflito enfrentam é a inadequação dos seus serviços públicos para responderem às necessidades dos cidadãos, que muitas vezes é motivada pela falta de competências e capacidades administrativas na função pública.

Embora inicialmente eu tivesse a intenção de me focar apenas nas relações de Timor-Leste na região do Indo-Pacífico, decidi alargar esta apresentação para analisar as relações de Timor-Leste com os seus vizinhos e as principais potências mundiais. Ao fazê-lo, posso não só ajudar a esclarecer a estratégia norte-americana para o Indo-Pacífico, e a sua relevância para Timor-Leste, mas também dar-vos uma melhor imagem geral do pensamento e do entendimento de Timor-Leste sobre o seu próprio lugar na

região e no mundo, examinando as relações do país com outros países e blocos regionais. Ao longo deste processo, poderão analisar a relevância da estratégia norte-americana para a região do Indo-Pacífico.

Também vou deixar muito tempo para Perguntas e Respostas, por isso não vou deter-me em detalhes na minha apresentação, para evitar ser demasiado exaustivo.

AUSTRÁLIA

Apesar da neutralidade de Portugal, os comandos australianos desembarcaram e atuaram em Timor, o que levou à invasão e ocupação japonesa. Cerca de 40 a 50 mil timorenses morreram durante a Segunda Guerra Mundial. O teatro de Timor foi importante no esforço de guerra e considerado um sucesso, pois os aliados conseguiram matar mais de mil soldados japoneses, tendo perdido apenas trinta.

Depois da Guerra, Portugal exigiu da Austrália o compromisso de não se apoderar do Timor Português, e retomou o controlo efetivo do território.

Ao mesmo tempo, os estrategas australianos começavam a interessar-se pela Indonésia. A Austrália desenvolveu uma boa relação com a Indonésia nacionalista. Vista como solidária com os nacionalistas, embora não defendendo abertamente a independência da Indonésia, a Austrália solicitou que os holandeses "levassem a cabo reformas no âmbito das suas políticas coloniais e considerassem as preocupações dos indígenas indonésios".

Depois da década de 1940, Timor não figurava de forma proeminente na política externa australiana.

Para além da Indo-China, o foco regional era a Indonésia. A Guerra Fria levou os EUA a interessarem-se mais pela Indonésia de Sukarno. O confronto com a Malásia, entre 1963

e 1966, e a preocupação com a ascensão do PKI (Partido Comunista da Indonésia) transformou a Indonésia num país de interesse. O Ocidente começou a ficar descontente com o cada vez mais pró-comunista Presidente e fundador da Indonésia, Sukarno.

Richard Woollcott, que foi embaixador da Austrália na Indonésia em 1975, era um agente responsável pela propaganda e informação.

Resumindo: havia um consenso nos círculos políticos australianos de que o Timor português não devia tornar-se independente. A Austrália temia que um Timor português independente fosse vulnerável à dominação estrangeira, especialmente ao bloco comunista. Esta lógica levou a um consenso bipartidário entre os líderes políticos australianos de que o passo mais natural era a integração de Timor-Leste na Indonésia. A Austrália deu prioridade à Indonésia e virou as costas às subseqüentes violações graves dos direitos humanos em Timor-Leste. A política da Austrália em relação a Timor-Leste foi também fundamental para a definição da política dos EUA sobre Timor-Leste.

A Austrália ignorou o assassinato dos seus próprios jornalistas em Timor, pelas forças armadas indonésias. Através da *Signal Intelligence*, a Austrália sabia exatamente o que estava a acontecer. A Austrália reconheceu a Indonésia e foi o seu maior defensor. Esta posição manteve-se até 1999.

Os serviços secretos australianos sabiam o que estava a acontecer. Os EUA também sabiam e partilhavam as informações com a Austrália.

De acordo com uma análise dos serviços de informações americanos sobre o Timor Português, este território não era como a Papua. A relação entre os timorenses e os seus antigos colonizadores portugueses era especial e tornou-se semelhante a uma relação religiosa, baseada em juramentos de sangue. Era de esperar que os timorenses não fossem grandes apreciadores dos indonésios. De facto, muitos antropólogos também escreveram sobre essa visão dos timorenses em relação aos portugueses.

Alguns analistas timorenses teorizaram que, no caso de uma invasão, os timorenses associariam os invasores indonésios aos japoneses, e fariam um paralelo com a experiência traumática sofrida durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar de uma consistente "atitude realista Kissingeriana" assumida pelos seus líderes nacionais, os funcionários públicos australianos, as organizações da sociedade civil, os militares e os antigos agentes civis dos serviços secretos, pelo contrário, demonstraram uma solidariedade inabalável para com o povo timorense.

Finalmente, depois de uma mudança radical de posição em 1999, o *establishment* político australianos mudou a sua visão de longa data sobre Timor-Leste. A Austrália liderou a INTERFET e desempenhou um papel crucial na intervenção e subsequente reconstrução pós-conflito de Timor-Leste.

Desde 1999, enquanto a maioria dos indonésios via a Austrália como a maior ameaça à sua segurança nacional e coesão nacional, Timor-Leste nunca funcionou como um obstáculo à normalização das relações entre as duas nações. De facto, a política de reconciliação de Timor-Leste permitiu à Austrália reatar a relação com a Indonésia e concentrar-se em novas ameaças não convencionais, como o terrorismo. Timor-Leste nunca se transformou numa limitação ou problema nesta relação.

Apesar da mudança da política externa australianas nesse domínio, os objetivos de exploração petrolífera marítima da Austrália demoraram mais tempo a adaptar-se. Desde a década de 1960 até 2017, a Austrália continuou a reivindicar recursos marítimos na região, que afetavam os direitos de soberania de Timor-Leste. O Mar de Timor contém triliões de pés cúbicos de gás natural e centenas de milhões de barris de petróleo bruto. Em poucas palavras, durante esse período, a diplomacia internacional da Austrália voltou-se para ações que contrastavam fortemente com uma ordem internacional baseada em regras. As parcerias australianas com a Indonésia (isto é, o Tratado Timor-Gap minou a procura da soberania e independência de Timor-Leste, ao mesmo tempo que em Timor-Leste estavam em curso violações grosseiras) e negociações pouco escrupulosas sobre questões como as nossas fronteiras marítimas, e ainda um comportamento não-estratégico (isto é., recusou-se a negociar

bilateralmente, retirou-se dos mecanismos de litígio e resolução de disputas sob a UNCLOS e o Tribunal Internacional de Justiça, usou espionagem, etc.), aumentaram as hipóteses de desestabilização na região e demonstraram como uma potência regional tem impacto na estabilidade regional quando não respeita as regras e normas internacionais.

Só em 2018 é que isto foi corrigido, com a assinatura dos Tratados Marítimos do Mar de Timor, um exemplo sem precedentes de como duas nações podem trabalhar em conjunto para fortalecer e manter uma ordem internacional baseada em regras. Sem entrar nos complexos detalhes do processo, ambos os países se submeteram ao procedimento de conciliação obrigatória ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Este esforço foi reconhecido internacionalmente porque é ilustrativo de como nações em disputa, com relações e posições antagónicas, podem chegar a uma resolução amigável bem sucedida da sua disputa através de negociação e compromisso, num processo conciliatório. As partes concordaram com fronteiras marítimas permanentes – exceto em vários pontos provisórios, sujeitos a ajustes futuros – e com o regime especial de partilha de recursos nos campos de gás *Greater Sunrise*, sujeito a modificações futuras, dependendo da escolha do conceito de desenvolvimento. Isto mostrou ao mundo o potencial da conciliação como um meio eficaz e útil de resolução de litígios na ordem internacional.

Apesar disso, e ao mesmo tempo que Timor-Leste estava envolvido nesta disputa com a Austrália por causa do petróleo e do caso das escutas ilegais - a relação entre ambos os povos e governos continuou a expandir-se. Desde a assinatura do Tratado do Mar de Timor, em 2018, a relação entre os dois povos melhorou. A relação atingiu agora um nível diferente. Estamos gratos pelo recente apoio, com a disponibilização de vacinas a Timor-Leste, pelo apoio no projeto em curso de ligação do cabo submarino de fibra ótica, para melhorar o nosso acesso à Internet, pela participação conjunta australiano-japonesa nas obras de remodelação do aeroporto de Díli, e por inúmeros outros apoios australianos a Timor-Leste (cerca de 100 milhões de dólares australianos por ano). Há também um novo voo direto da companhia aérea Qantas, que liga Timor-Leste à Austrália. Acredito que apesar da nossa história, é possível melhorar as nossas relações e aproximar as duas nações. A relação renovada com Timor-Leste pode também ser um teste para uma nova perspetiva australiana, como um líder regional responsável. É também tempo de reavaliar o impacto real da ajuda na vida do povo timorense.

China

A relação com a China também continua a ser importante. Enquanto muitos académicos estão preocupados com a armadilha de Tucídides, Timor-Leste ainda acredita na possibilidade de uma competição pacífica entre as grandes potências. Isto está de acordo com a política externa de Timor-Leste, que se baseia na máxima: "fazer amigos e zero inimigos". No entanto, estamos cientes de que a maré geopolítica está a mudar.

No final da década de 1970, a China doou algum dinheiro à resistência timorense, equivalente a USD\$ 150,000 (cento e cinquenta mil dólares americanos). Na verdade, a relação de Timor-Leste com a China começou muitos séculos mais cedo, tendo mesmo sido anterior aos portugueses, e a comunidade chinesa local desempenhou um papel de relevo na economia do território. Como os académicos indonésios de ascendência chinesa na CSIS (um grupo de reflexão baseado em Jacarta) desempenharam um papel intelectual fundamental na invasão indonésia de Timor-Leste, os membros da comunidade chinesa em Timor foram especificamente visados pelos militares indonésios, com o objetivo de simular a presença de "agentes comunistas chineses" no território.

Mas o contacto timorense com os chineses e outros comerciantes da Ásia Continental começou há muito mais tempo. Em 2015, a população local de Baucau descobriu um dos tambores de bronze Dong Son (do sul da China e do norte do Vietname) melhor preservados de que há conhecimento. O tambor tem 2000 anos. Algumas das primeiras referências à ilha de Timor encontram-se em textos chineses antigos (referência).

Além disso, a China foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com Timor-Leste, em 2002. Atualmente, a presença chinesa continua a crescer. Timor-Leste considera a China como um parceiro económico. No entanto, embora exista muita publicidade à volta disso, não temos visto um verdadeiro aumento dos investimentos chineses em Timor-Leste. Por outro lado, o governo timorense continua a adjudicar contratos públicos a empresas chinesas, uma vez que estas oferecem o melhor preço de licitação, mas Timor-Leste não tem atraído investimentos chineses a uma escala que

seja comparável à do Camboja ou de outras nações do Sudeste Asiático. Visto de forma crítica, pode argumentar-se que o investimento chinês continua a ser escasso. Mesmo a Iniciativa de *Belt and Road Initiative* (Iniciativa: Um Cinturão, Uma Rota) parece precisar de uma clara articulação estratégica. A *Belt and Road Initiative* ainda não encontrou nenhuma materialização significativa e tangível.

PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

Como já mencionei anteriormente, Timor-Leste tem uma relação profunda e forte com Portugal. A relação tem vindo a aprofundar-se desde a independência. Enquanto a UE mantém uma delegação em Timor-Leste, a Embaixada de Portugal é a única missão bilateral em Timor-Leste. Os cidadãos timorenses estão cada vez mais expostos à Europa e beneficiam desse relacionamento. Para além de gozarem de acesso a vistos livres ao espaço Schengen, muitos timorenses também vivem no Reino Unido (um antigo membro da UE) e noutros países europeus. Na realidade, as remessas dos timorenses que vivem no estrangeiro substituíram o café como fonte de rendimento estrangeiro (quanto?). Timor-Leste orgulha-se de ser uma democracia e continuará a trabalhar com os nossos parceiros da União Europeia para promover a boa governação e a consolidação democrática. Timor-Leste também partilha a posição da política externa da UE no sentido de uma região Indo-Pacífico livre e aberta para todos, através da construção de parcerias duradouras (A Estratégia da UE para a Cooperação no Indo-Pacífico de 2021).

A UE e Timor-Leste mantêm uma ronda anual de diálogo político, conversações regulares sobre políticas públicas, e têm um programa de cooperação virado para o futuro, com uma primeira fase entre 2021 e 2024, que visa "construir uma recuperação e desenvolvimento económico verde e sustentável, bem como uma boa governação para o desenvolvimento sustentável". Para tal, a UE compromete-se com 55 milhões de euros, ou cerca de 61 milhões de dólares americanos. Além disso, UE foi o primeiro parceiro de desenvolvimento a fornecer apoio orçamental direto. De acordo com o Ministério das Finanças, "o Governo de Timor-Leste recebeu da UE um montante total de 7,6 milhões de dólares americanos em reconhecimento pela implementação de reformas estratégicas na Gestão das Finanças Públicas, Nutrição, Desconcentração e

Descentralização". Este gesto continua numa base anual, e é vital na promoção da "posse nacional, liderança e melhoria do sistema do país".

ASEAN

Timor-Leste sempre expressou o seu desejo de aderir à ASEAN. De facto, a visão da centralidade da ASEAN já vem desde 1975. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros da FRETILIN, José Ramos-Horta, expressou com veemência a política externa pró-ASEAN da FRETILIN. Esta posição continua até hoje. Timor-Leste apresentou a candidatura oficial em 2011, mas ainda não foi admitido. Acreditamos que estamos prontos a aderir. Timor-Leste está perplexo com o adiamento contínuo da nossa admissão. Encontrámo-nos com numerosas missões de averiguação e estamos a fazer sérios esforços para contribuir para os pilares da ASEAN. É nossa esperança que Timor-Leste possa juntar-se à ASEAN num futuro muito próximo.

Com uma população de mais de 600 milhões de pessoas, e um PIB total combinado dos dez países membros avaliado em 3,2 triliões (2019), a ASEAN coloca-se como a 10ª maior economia do mundo.

Os EUA continuam a ser o primeiro parceiro de investimento nos países membros da ASEAN.

EUA E A ESTRATÉGIA PARA O INDO-PACÍFICO

Os EUA vão promover 5 objetivos em conjunto com os seus parceiros e aliados, de acordo com a sua mais recente estratégia para a região Indo-Pacífico. Os Estados Unidos e Timor-Leste poderão reforçar significativamente as suas relações bilaterais e em linha com a Estratégia Norte-Americana para a região do Indo-Pacífico.

Nas últimas duas décadas, os EUA e Timor-Leste têm mantido uma parceria centrada principalmente na "promoção da estabilidade e desenvolvimento económico" (US

Congressional Research Service, 2019). Washington está a tentar cimentar isto com o desenvolvimento de um acordo compacto da MCC (*Millennium Challenge Corporation*) no valor de mais de \$400 milhões de dólares, para além de um Acordo de Objetivos de Desenvolvimento a cinco anos, assinado em 2021 (que prevê a entrega de uma primeira parcela de \$17,9 milhões de dólares, de um orçamento total previsto de \$92,3 milhões de dólares para a estratégia nacional da USAID).

Como nação marítima e integrada na região Ásia-Pacífico, os EUA encaram o **seu futuro em estreita sintonia com a região e com os seus aliados marítimos e democracias**, e estão a construir relações não só a nível da Defesa, para manter a prontidão operacional, para reforçar e adaptar uma postura dissuasora, mas também a nível do desenvolvimento e do comércio. Timor-Leste é **uma nova democracia marítima**, com os EUA e seus aliados a trabalhar em uníssono ao seu lado para construir "**uma dissuasão credível através de uma pequena mas competente**" capacidade naval, que mantenha a paz e a estabilidade na região do Indo-Pacífico. Embora haja progressos, haverá uma dinâmica crescente em torno de prioridades políticas mais partilhadas nos próximos anos.

Os **interesses geopolíticos e comerciais marítimos** dos EUA e dos seus aliados como o Reino Unido, Austrália e, mais recentemente, a UE, passam por ter **acesso marítimo na região**. Isto significa ter as linhas marítimas de comunicação do Sudeste Asiático (SLOCs) disponíveis para o tráfego comercial, para assim manter a eficiência nas cadeias de abastecimento globais e nos custos do comércio global. De uma perspetiva geopolítica, os estreitos de Ombai-Wetar, que atravessam as águas de Timor-Leste, constituem estreitos internacionais vitais alternativos ou SLOCs para os interesses económicos prosseguidos pelos EUA e pelos seus aliados. Os estreitos de Wetar e Ombai são também estrategicamente relevantes para a passagem de submarinos de mísseis balísticos da Marinha dos EUA, e por isso existe uma forte motivação para que os EUA aumentem o "potencial naval" e a "consciência marítima" de Timor-Leste e expandam a sua capacidade, quando se sabe que estas águas permitem a passagem de submarinos nucleares dos EUA. Os EUA e os seus aliados também sabem que os seus interesses nacionais os obrigam igualmente a ajudar à afirmação de Timor-Leste como um "estado marítimo", capaz de controlar o seu território e de desenvolver a sua capacidade de patrulhamento nos estreitos de Ombai e Wetar.

Isto tem implicações para a estratégia dos EUA na região, nomeadamente em relação às alianças dos EUA, como o recente acordo Aukus, que se foca no reforço de uma visão de segurança marítima que permita manter a liberdade de movimentos, comércio marítimo, e SLOCs na região do Indo-Pacífico. Para fortalecer a relação entre Timor-Leste e os EUA, ambos os países têm oportunidades estratégicas para reforçar a cooperação, que eleve as capacidades marítimas e navais de Timor-Leste, e com isso manter os canais de navegação (isto é, o Estreito de Ombai-Wetar) e portos seguros e acessíveis, e que também permita a Timor-Leste construir o seu comércio marítimo. Estes estreitos são igualmente fundamentais para Timor-Leste, em termos do transporte marítimo e dos serviços portuários, em termos do valor comercial de impostos e taxas, e do trânsito interno para o turismo e para o setor dos transportes.

A Administração Biden alocou \$18,7 milhões em assistência para Timor-Leste para o ano fiscal de 2022, que incluem \$16 milhões em assistência ao desenvolvimento, \$2 milhões em programas de saúde (USAID), \$400.000 em educação e formação militar internacional, e \$375.000 em intercâmbios académicos especiais. Isto vem na sequência dos pedidos de alocação da Administração Trump (\$17,4 milhões no Ano Fiscal de 2020, \$18,2 milhões em 2019, \$18,4 milhões em 2018). Só na assistência ao desenvolvimento, e entre 2011 e 2021, os EUA executaram cerca de \$239 milhões de dólares, através da USAID. Como parte da sua nova Estratégia Indo-Pacífico, os Estados Unidos podem envolver de perto Timor-Leste na construção de novas parcerias e continuar a aprofundar esta relação.

As cinco estratégias dos EUA para a região do Indo-Pacífico são: 1. Promover um Indo-Pacífico livre e aberto; 2. Estabelecer ligações dentro e para além da região; 3. Impulsionar a prosperidade regional; 4. Reforçar a Segurança do Indo-Pacífico; 5. Construir resiliência regional às ameaças transnacionais.

INDONÉSIA

A Indonésia e Timor-Leste percorreram um longo caminho. Com o aprofundamento da democracia na Indonésia, a paz e a segurança regionais serão sustentáveis. Ironicamente, a Indonésia e Timor-Leste são as democracias com melhor desempenho na região.

Muitos jovens timorenses estão expostos à cultura e ao sistema educativo indonésio, e a Indonésia continua a ser a principal origem das nossas importações. Timor-Leste tem um déficit comercial significativo em relação à Indonésia. Mas Timor-Leste não tem maximizado o comércio transfronteiriço. Timor-Leste continua a receber apoio político da Indonésia para a sua adesão à ASEAN e ambos os países tendem a sincronizar as suas posições internacionais.

Embora a Indonésia não seja um doador importante, desfrutamos de uma sólida cooperação governamental em quase todas as áreas, desde a agricultura à segurança.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Espero ter conseguido deixar-vos uma visão geral sobre as nossas relações com as potências globais e os países da nossa região. Acredito que Timor-Leste é um farol para a democracia e para os direitos humanos na região. Conseguimos a nossa independência, mas este sucesso só pode ser sustentável com um compromisso político mais profundo e um apoio mais forte dos nossos parceiros de desenvolvimento.

Timor-Leste pode ter um futuro próspero e democrático!